

Reunião da Fenajufe com Joaquim Barbosa será dia 26

A antecipação das parcelas da GAJ (15,8%) é uma das pautas que a Fenajufe irá defender junto ao ministro Joaquim Barbosa em reunião agendada para o dia 26. Outras são a defesa das correções no reenquadramento de padrões, não contemplados na Portaria Conjunta nº 1 de 2013 que regula a Lei 12.774/2012 (reivindicação já conquistada pelos servidores do Ministério Público da União, através de uma decisão do CNMP), a definição de uma política salarial permanente com respeito à data base para os servidores, o aumento dos valores repassados para o auxílio saúde e o pagamento dos passivos devidos aos servidores.

A Fenajufe esteve no STF semana passada, e tiveram, de Silvio José Albuquerque e Silva, chefe de gabinete do presidente do Supremo, a confirmação de que Joaquim Barbosa leu o documento reivindicatório da Federação e já solicitou diversas informações para concluir um estudo mais aprofundado de cada ponto da pauta.

Além dos pontos listados, a Fenajufe defende a criação de uma Comissão Interdisciplinar paritária com os Tribunais Superiores e a Federação para discutir e elaborar um Plano de Carreira e um Grupo de Trabalho para negociar permanentemente assuntos de interesse dos servidores, como PJe (Processo Judicial Eletrônico), regu-

lamentação do teletrabalho, contratação de funcionários nos órgãos do Judiciário Federal, combate ao assédio moral, terceirização, saúde do servidor, condições de trabalho, sistema de comunicação interno dos Tribunais, atuação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) nos Tribunais, dentre outros.

A Federação enfatizou, na audiência, a importância que tem, neste momento, a correção emergencial do reenquadramento, nos moldes já conquistados pelos servidores do MPU, e sobretudo a instituição o quanto antes da Comissão Interdisciplinar Paritária para discutir o Plano de Carreira da categoria.

Adiada instalação do PJe em São José

O adiamento da utilização do PJe-JT no Fórum de São José já é fruto da campanha empregada pelo SINTRAJUSC, ACAT e AMATRA contra esse sistema inoperante, inseguro, que desperdiça o tempo de todos e eleva o grau de desgaste físico e mental.

Antes de tudo é uma vitória dos jurisdicionados daquela região que vão poder continuar a ter, pelo menos por hora, um serviço de alto nível de eficiência. Porém isso apenas não basta,

já que o TRT-SC não suspendeu a utilização do PJe-JT no âmbito do estado de Santa Catarina.

A Assessoria Jurídica do Sindicato está entrando, nesta semana, com um pedido de reconsideração do requerimento do SINTRAJUSC que pede esta medida. No documento há o pedido de, em caso de indeferimento por parte da Presidência, que seja remetido de imediato para apreciação do Pleno do TRT da 12ª Região. Observamos que é uma pena que a elevação

da condição de UJA de Palhoça para Vara Trabalhista seja já com o sistema de PJe-JT, com relocação de funções em vez de criação de novas FCs e lotação apertada de servidores.

A Diretoria do SINTRAJUSC irá apresentar uma tese na Plenária Nacional da FENAJUFE para transformar essa luta num embate de todo o país em defesa dos direitos dos trabalhadores e contra o sucateamento da Justiça do Trabalho e do Judiciário Federal.

STF cria cargos, mas não resolve problemas nas lotações

Uma proposta do STF, consolidada no Projeto de Lei 5.382/2013, cria 123 gratificações no quadro de funcionários do Supremo. O PL, que está em análise na Câmara dos Deputados, prevê a criação de 33 cargos comissionados a serem distribuídos entre os ministros, com salários de R\$ 6,7 mil.

O texto também prevê a criação de 90 funções de confiança, com salário de R\$ 1,4 mil, para os gabinetes dos ministros, exceto o da presidência. O impacto dos cargos, se o texto for aprovado, será de R\$ 4,6 milhões por ano no orçamento do STF, cerca de 0,9% do total disponível.

De acordo com o Joaquim Barbo-

sa, as novas funções pretendem nivelar os servidores dos gabinetes. "Atualmente, os gabinetes dos ministros possuem servidores que desempenham as mesmas atividades, porém são remunerados de forma distinta", diz o ministro na justificativa.

O presidente da Corte também justifica que a medida pode melhorar e ampliar o assessoramento jurídico dos gabinetes. O projeto de lei será encaminhado às comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

A proposta do ministro é mais uma amostra da inversão de prioridades no Judiciário. Os Sindicatos têm denun-

ciado sistematicamente os efeitos perversos da política de metas ligada a um enxugamento das lotações. As Varas do Trabalho enfrentam a redução paulatina do número de servidores, e, em Santa Catarina, colegas perderam FCs e CJs porque as novas Varas foram criadas sem essa previsão. Agora, a novidade é o PJe-JT, sistema colocado em prática de forma apressada, cheio de problemas, e alvo de críticas de magistrados, servidores e advogados.

Não é diferente na Justiça Federal em SC, que chegou a ter até 20 servidores por Vara, número que foi baixando para 16, 15, e agora fica na média de 13 a 14.

Fenajufe cobra do CNJ isonomia para chefes de cartório eleitoral

A conselheira do CNJ, ministra Maria Cristina Irigoyen Peuzzi, recebeu os coordenadores da Fenajufe para discutir a isonomia de FCs entre chefes de cartórios da capital e do interior da Justiça Eleitoral, uma luta que vem sendo travada desde 2006. O anteprojeto trata ainda de criação de cargos para as zonas eleitorais criadas depois da Lei n. 10.842/2004 e de FC-1 para Assistente I.

Atualmente, os chefes de cartório lotados no interior recebem uma função de confiança de nível FC-1 e os lotados na capital, FC-4. Para acabar com essa discrepância, o TSE já publicou um acórdão aprovando a proposta de isonomia e encaminhou o anteprojeto ao CNJ, protocolado com o número 0003409-91.2012.2.00.0000, cuja relatoria está nas mãos da ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi.

Alertada pelos coordenadores da Fenajufe de que faltam muitos servidores nos cartórios eleitorais e que os postos de trabalho vêm sendo ocupados, cada vez mais, por funcionários cedidos principalmente por governos municipais, a ministra mostrou-se pre-

ocupada com a situação e enfatizou que "a Justiça Eleitoral precisa cada vez mais fortalecer seu quadro próprio".

Segundo a ministra, a demora para levar o projeto à sessão do CNJ se deve ao fato de uma portaria do CNJ ter sobrestado todos os processos relativos à criação de cargos e funções no Judiciário Federal, mas que nesta segunda-feira haverá reunião da comissão de planejamento estratégico do Conselho, presidida por ela, que ouvirá o comitê permanente de apoio técnico para definir os critérios de uniformização de ocupação de cargos.

A conselheira não quis definir prazo, mas disse que está ciente da urgência em resolver esta questão. "Precisamos superar este impasse e vou fazer o possível para acelerar a tramitação do anteprojeto e encaminhar logo a minuta do Projeto de Lei ao presidente Joaquim Barbosa que deve enviar ao Congresso Nacional", afirmou ela. A votação poderá acontecer a partir da sessão do dia 8 de setembro. Logo, a Fenajufe vai continuar pressionando o CNJ para que analise o anteprojeto o mais rapidamente possível e encaminhe sua aprovação ao Legis-

lativo em forma de Projeto de Lei.

A Fenajufe ressaltou à ministra que o anteprojeto atende parcialmente às demandas da Justiça Eleitoral e vem corrigir, de forma tardia, uma injustiça remuneratória cometida pela Lei 10.842/2004, que tratou de forma diferenciada chefes de cartórios com idênticas atribuições. Outro ponto destacado foi o baixo impacto orçamentário da proposta, o que facilita sua aprovação.

Os servidores do interior do estado possuem as mesmas atribuições, necessitam realizar trabalhos em vários municípios e são tratados de forma diferente. Os cartórios possuem um número limitado de pessoal e com precarização nas condições de trabalho. Essas diferenças, acrescidas da falta de servidores efetivos e de uma política remuneratória digna, têm contribuído para a evasão de trabalhadores e sua substituição por funcionários requisitados de prefeituras e outros órgãos, causando debilidades no trabalho dos cartórios eleitorais e influenciando na independência necessária dos órgãos da Justiça Eleitoral.

Fonte: Fenajufe